

Julgamentos e convenções

José Varella/AE-27/4/94

Semana define destino de deputados acusados pela CPI do Orçamento e de candidatos à Presidência

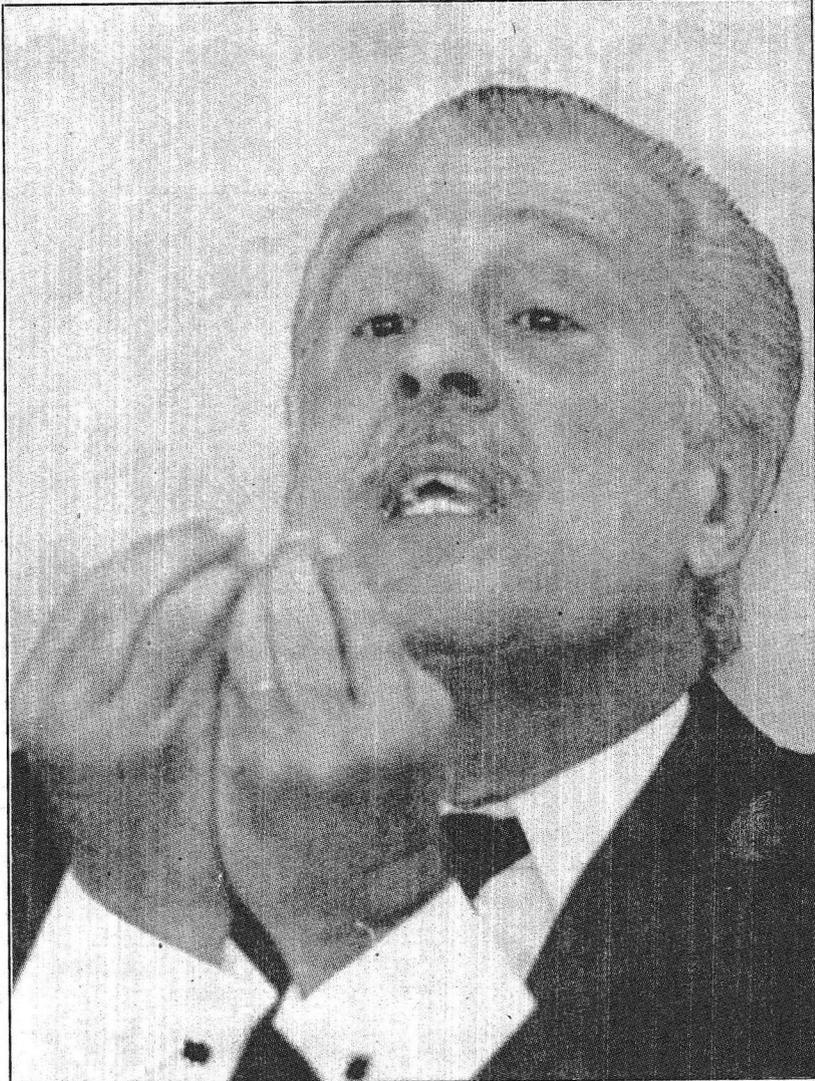
ELZA PIRES

BRASÍLIA — O Congresso começa hoje uma semana agitada que inclui definições sobre os pedidos de cassação dos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), acusados pela CPI do Orçamento, e novas tentativas de obter quórum para aprovar a agenda mínima da revisão constitucional. As atenções dos parlamentares também estarão voltadas para as convenções do PSDB e do PDT, que se realizam a partir de sexta-feira, e para as prévias do PMDB, marcadas para domingo.

O PSDB vai homologar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso no dia 14, em Contagem, Minas Gerais. O PDT vai confirmar Leonel Brizola como seu candidato ao Planalto no mesmo dia, em São Paulo. E o PMDB, hoje o maior partido no Congresso e o mais indefinido em relação à sucessão presidencial, consulta os filiados no dia 15 para saber qual de seus três pré-candidatos — Orestes Quércia, José Sarney e Roberto Réquião — vai concorrer à Presidência. A convenção que vai homologar a candidatura está marcada para os dias 21 e 22, em Brasília.

Acusado pela CPI do Orçamento de ter uma movimentação bancária que superou em US\$ 807 mil seus rendimentos, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) será julgado amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Na quarta-feira a Câmara vai decidir em plenário se acolhe ou não a decisão da CCJ que inocentou o deputado Ricardo Fiúza.

O relator do caso Fiúza na CCJ, deputado Hélio Bicudo (PT-SP), chegou a denunciar um acordo entre o PFL e PMDB que teria como objetivo inocentar os dois parlamentares. No caso de Ibsen ser condenado amanhã é provável que os peemedebistas deixem de apoiar Fiúza na votação de quarta-feira. Se-



Fiúza: absolvido na CCJ corre risco de ser condenado no plenário

rá usada contra Fiúza uma nota oficial da Comissão Especial de Investigação (CEI) instituída para apurar as denúncias de corrupção que envolvem o Executivo. De acordo com o ministro da Administração, Romildo Canhim, presidente da comissão, Fiúza adulterou um documento da Caixa Econômica Federal (CEF) e o utilizou para respaldar sua defesa durante o julgamento na CCJ. Fiúza afirma que está pronto para recorrer ao Superior

Tribunal Federal se o seu mandato for cassado pelo plenário da Câmara, revertendo a decisão da CCJ.

A partir de amanhã, o clima das convenções partidárias vai movi-

mentar o Congresso. Uma reunião dos dissidentes do PSDB, contrários à aliança com o PFL, deve decidir pelo adiamento da convenção marcada para sábado ou pedir a realização de prévias entre os tucanos para avaliar a escolha do vice. A dissidência tucana atribui a queda de Cardoso nas pesquisas à coligação com o PFL.

Em meio a esta agenda política intensa, o Congresso deve ainda garantir o quórum necessário para votar a agenda mínima da revisão constitucional. Os líderes se reuniram na semana passada e definiram onze pontos para votar até o dia 31 de maio, data do encerramento dos trabalhos. Entre os temas estão a redução de cinco para quatro anos do mandato presidencial e um mecanismo que impede a renúncia de parlamentar acusado por falta de decoro para escapar da inelegibilidade.

agitam Congresso

AGENDA DA
REVISÃO
ENTRA EM
PAUTA